

Patética mídia nativa

IMPRENSA | Jornais e revistas ainda não perceberam que os tempos de golpismo acabaram e acreditam manter a velha influência do Oiapoque ao Chuí

POR MINO CARTA

“Eles querem um país de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem povo”

Raymundo Faoro

O CORRE-ME recordar Claudio Marques, que se dizia jornalista como tantos outros dispostos a enganar o público e, eventualmente, a si próprio. Assinava uma coluna no *Shopping News*, jornal publicitário de circulação gratuita na São Paulo de 1975. Tempo de ditadura e de recrudescimento do Terror de Estado após o discurso dito “da pá de cal”, pronunciado no começo de agosto pelo ditador Ernesto Geisel para avisar aturdidos navegantes que “a distensão lenta, gradual, porém segura” haveria de sofrer uma interrupção. Foi nesta ocasião que Ulysses Guimarães, em pronunciamento na Câmara, comparou Geisel a Idi Amin Dada.

Pois Claudio Marques, caçador de comunistas agachados atrás de cada esquina, passava seu tempo a denunciar os vermes comandados por Vlado Herzog, a cujos cuidados estavam entregues os programas noticiosos da TV Cultura. Marques contava com a aprovação ampla, geral e irrestrita do DOI-Codi, ex-Operação Bandeirantes, e foi enfim premiado com a prisão, ou melhor, o sequestro dos jornalistas alvejados, a começar por Herzog, assassinado pelos torturadores no mesmo dia

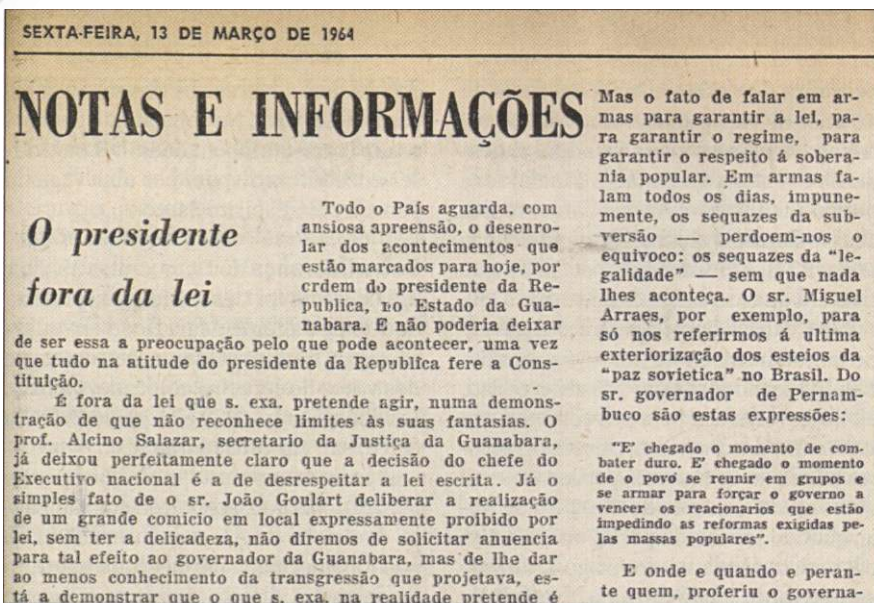
Mesmo do mesmo.
O editorial ao lado, do Estadão tem 47 anos

em que deu entrada no quartel do DOI-Codi. Dia 25 de outubro, um sábado.

Os tempos mudaram, felizmente. Não há mais torturadores e porões para hospeda-los e aos seus instrumentos, por exemplo. Há, entretanto, herdeiros de Claudio Marques afinados com os dias de hoje e ainda velhacos e daninhos. A semelhança entre o caçador de comunistas a serviço do DOI-Codi e esses jornalistas (jornalistas?) é percebida pela obsessiva preocupação que cultivam desde a primeira eleição de Lula com a quantidade de anúncios governistas nas páginas de *CartaCapital*. Trata-se, obviamente, de uma ofensa gravíssima ao pretender insinuar, com leveza de britadeira, que vendemos a alma ao Sapó Barbudo. Alguém, no meio da tigrada, procla-

ma: *CartaCapital* não tem credibilidade.

Não ousou afirmar que a vice-procuradora da Justiça Eleitoral Sandra Cureau (pronuncie Quirrô) seja sucedâneo do DOI-Codi. Creio, porém, que na sua ação inquisidora desfechada contra esta publicação ela tenha levado em conta as alevisias assacadas contra nós por sem-número de colegas (colegas?), embora não tenha dúvidas quanto à origem tucana da assoprada final e decisiva: o candidato José Serra gosta de dar telefonemas. Assim como não me abalo a crer que o nosso apoio à candidatura de Dilma Rousseff seja determinante. Obrigatórios sim, a definição e seus motivos desde o começo da campanha oficial, como se dera em 2002 e 2006 em relação a Lula. Dever para com os eleitores.





Registro que o *Estadão* no domingo 26 decidiu desvendar a evidência. Um humorista diria: surpresa, estão com o Serra, e eu que até ontem não tinha percebido. Melhor o *Estadão*, de todo modo, do que o resto da tropa de choque, *Globo*, *Folha*, *Veja*, a agirem como partido político, conforme a óbvia constatação do presidente da República. Barack Obama foi além quando disse que não daria entrevista à Fox porque esta não era órgão midiático e sim "partido político".

Lula errou, na nossa visão, ao afirmar: "A opinião pública somos nós". A frase é certamente perigosa. Da mesma forma foi erro incluir tempos atrás no programa de governo a criação de uma entidade destinada a classificar os órgãos da mídia ao sabor dos seus comportamentos em relação aos direitos humanos. Esta não é tarefa governista, e *Carta*

Capital não usou meias-palavras na ocasião para condenar a iniciativa. Diga-se que o prato indigesto saiu prontamente do cardápio, graças a uma barganha lamentável pela qual se fez a felicidade dos torturadores da ditadura e dos seus mandantes, muitos já no além, ao aceitar a ideia da anistia polivalente.

CartaCapital reprovou também a criação de uma tevê pública federal por enxergar de saída o seu inescapável destino: servir ao poder contingente, como se dá com a Cultura paulista, em mãos tucanas há 16 anos. Resta ver se o Brasil estaria maduro para uma tevê estatal, nascida do entendimento de que esta há de ser uma instituição permanente a servir à nação em lugar do governo do momento. Sinceramente, não aposto nesta maturidade.

Só mesmo Balzac e Freud para explicar por que os nossos profissionais amam tanto seus patrões

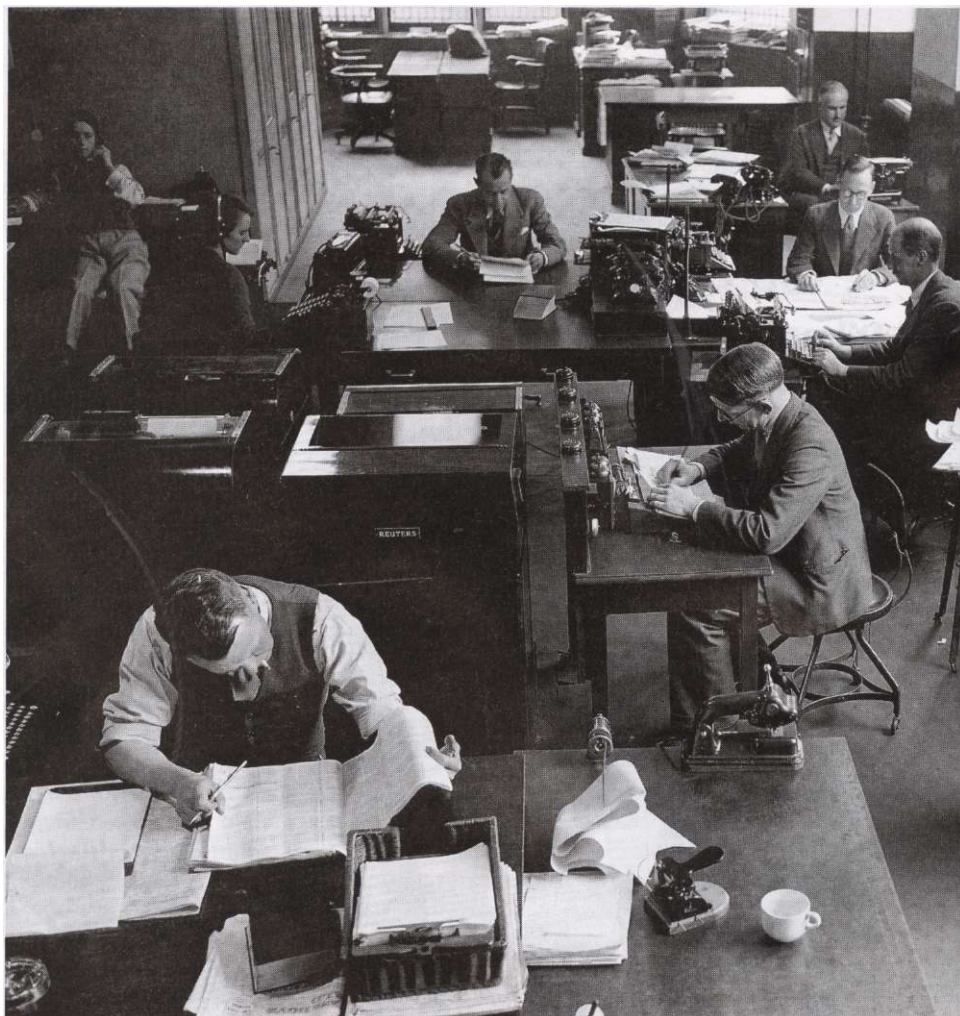
À frente. Folha, Estadão e Globo, unidos, como sempre, a favor do privilégio

O fenômeno que mais me aflige põe-se, no entanto, a propor por quês. Por que os profissionais da mídia nativa aderem tão compacta e fervorosamente ao pensamento dos patrões? Por que lhe tomam as dores como se eles mesmos pertencessem à categoria? Uma premissa. Em termos econômicos, a situação nas redações é semelhante àquela da população brasileira em geral. Os jornalistas graúdos, assinaturas celebradas, ganham mais que os colegas americanos e europeus, e nem se fale dos salários da nossa televisão. Astronômicos, trafegamos entre nababos. Na zona cinzenta flutuam os remediados. A ralé sobra esperança. A maioria dos recém-formados não tem emprego. Este, ninguém que conseguiu quer perder.

Pode-se concluir que os graúdos curvam-se diante da generosidade patronal enquanto os miúdos em tempos bicudos contentam-se com as migalhas? Talvez a explicação valha em relação a muitos casos graúdos e miúdos. Mas há que se ressaltar, em relação a outros, o ardor com que assumem os interesses do patrão. Estamos diante de uma identificação visceral, a ponto de justificar, no meu ponto de vista, uma investigação profunda a se valer das lições de Balzac e de Freud. Ambos ficariam muito impressionados, creio eu, ao registrar que os profissionais nativos chamam o patrão de colega, e nisto são únicos no mundo. Quem sabe mais ainda Balzac do que Freud.

No mais, vale acentuar que esta unicidade, esta exclusividade, invade outros terrenos. Um: o nosso sindicato se dispõe de bom grado a oferecer aos empresários da comunicação carteirinha de jornalista. Dois: sem falar da mediocridade dolorosa, a nossa mídia é única na sua capacidade de se alinhar de um lado só na hora de uma eleição, por exemplo. E não somente nesta. Mundo democrático afora vigora o pluralismo que a *Folha de S. Paulo*, com inefável hipocrisia, afirma existir em suas páginas. Nos Estados Unidos, no Reino Unido, na França, na Alemanha, só para citar alguns países, tem vez o jornalismo de todas as tendências. Aqui não, só existe uma, a favor da minoria privilegiada.

O que espanta é a tenacidade com que essa mídia permanece atada ao passado oligárquico. Os editoriais de hoje são absurdamente iguais àqueles de 47 anos atrás, que invocavam o golpe para impedir a cubanização do Brasil. Ago-



ra falam em mexicanização e venezuelização, e clamam contra o assalto à democracia e à liberdade de imprensa, perpetrado pelo presidente da República e seu partido e fadado a prosseguir à sombra de Dilma Rousseff.

Durante o ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964 anunciavam a iminente marcha da subversão. Nunca passou. Veio foi a Marcha da Família, com

Deus e pela Liberdade, de imponentes efeitos subversivos. E lá se foi a liberdade, com a bênção dos editorialistas. Os quais aí estão agora para prestar seu solerte serviço. Salvo raras exceções, editorialistas, colunistas, articulistas. Diretores, redatores-chefes, editores, repórteres. A turma toda.

Os colegas do lado de lá, um exército, prestam-se a acusar sem provas, omitir





A “marcha da subversão” nunca passou, mas a Marcha da Família acabou com a liberdade e barrou o caminho da democracia

Passado e presente.
As velhas redações acreditavam em jornalismo honesto. Não é o caso das nossas semanas

fatos, frequentemente mentir com a expressão do dever cumprido. Encantou-me, na *Folha de S.Paulo* de segunda 27 a entrevista da vice-procuradora Sandra Cureau, aquela que atendeu a uma entrevista anônima para cometer uma inominável prepotência contra *CartaCapital*, esta sim, verdadeiro atentado à liberdade de imprensa. Mas a entrevistadora ali estava para agradar à doutora, a ponto

de mencionar seus cabelos loiros e olhos azuis. Nem foi capaz, está claro, de uma única, escassa pergunta a respeito da ação movida contra nós.

Recordo que na semana passada manifestamos a certeza de que não contaríamos com a solidariedade dos barões da mídia e dos seus sabujos, bem como das chamadas entidades de classe. Aqueles são mestres em mau jornalismo. Mas

será mesmo jornalismo? Quanto a estas, confirmam apenas a sua patética inutilidade. Para não dizer do viés tendencioso, ou francamente alinhado.

Patética é também um bom qualificativo para a atuação da mídia nativa ao longo deste ano, iniciado com a previsão de uma retumbante vitória tucana. E quando se viu que o arдил de Lula funcionava e que Dilma crescia graças inclusive ao seu próprio desempenho, começou a sarabanda.

Não se diga que os velhos morteiros deixaram de funcionar. E inegável, porém, que munição foi oferecida de graça pelo próprio PT, mais uma vez, do seu lado a dar tiros no pé. Está claro que o fogo aberto para denunciar ameaças à democracia e à liberdade de imprensa não passa de tentativa frustrada de invocar fantasmas do passado. Pesou, isto sim, o caso Erenice, no qual se mesclam dois fenômenos tão antigos quanto os fantasmas, contudo resistentes, dois vícios gravíssimos da tradição verde-amarela, dois pecados impredoáveis: nepotismo e clientelismo.

É espantoso: a rapaziada ainda não percebeu que o País mudou em latitude e longitude em relação à época do golpe. Certo é que a mídia detinha amplo poder há 50 anos, quadra favorável à influência dos ditos formadores de opinião. Bastava alcançar os senhores da minoria e seus aspirantes para alcançar os fins buscados.

Desta vez com o segundo turno, a mídia poderá enxergar no resultado um prêmio de consolação. Vale sublinhar, entretanto, que o PT concedeu espaço exagerado aos seus aloprados, como já houve em outras ocasiões, e mostrou, assim, lacunas sérias na organização e na união. Cabe ao presidente da República anotar que muitos dos problemas surgidos para seu governo tiveram sua origem nas fileiras petistas.

Os coronéis ainda mandavam em largas áreas e na hora da eleição lotavam a caçamba do caminhão depois de colocar a cédula preenchida nas mãos dos seus peões. Chamava-se voto de cabresto, e dava certo. Esse gênero de penosas tradições foi tragado pela transformação de um país então de 70 milhões de habitantes e hoje de 200. E com os documentos em dia para chegar logo à maioria, à contemporaneidade do mundo.

Os senhores não apreciam a perspectiva e torcem contra. Deixa como está



para ver como fica. O primeiro ato da debacle foi encenado na eleição de Fernando Henrique Cardoso e no seu segundo mandato. Cabe a ele o papel de primeiro motor da mudança, a ser concretizada no governo Lula.

FHC em 2002 lança sobre seu candidato José Serra uma sombra espessa e maligna. Com baixo índice de aprovação e pífia atuação, de sorte a deixar ao sucessor burras à míngua, o príncipe dos sociólogos torna-se cabo eleitoral de Lula. A maioria tira do governo FHC lições evidentes e parte para a votação inédita, a favor do ex-metalúrgico em vez do costumeiro bacharel engravatado. A identificação com o igual cresce naturalmente, não é imediata nas proporções que fermentarão em seguida.

A maioria não é mais aquela, a pressão dos patrões e dos capatazes não a condiciona e, principalmente, não lê jornal e ao *Jornal Nacional* prefere a novela e os Faustões da vida. Os editoriais e as manchetes mantêm, contudo, o tom de outrora, na desmiolada convicção de atingir a todos, do Oiapoque ao Chuí.

De todo modo, não nos iludimos quanto à possibilidade de uma redenção da mídia, pelo menos a curto prazo. Os caminhos são conhecidos porque experimentados com ótimos resultados em países mais adiantados. Difícil, por ora, percorrê-los. Trata-se de criar leis para limitar o monopólio da comunicação e conter a influência patronal nas redações, ao se cancelar, inclusive, e de vez, a figura do diretor de redação por direito divino.

Leis nesse sentido estão em vigor em países de democracia mais antiga e protegida. Aqui é dramaticamente visível, como cabo das tormentas em meio ao mar revolto, o obstáculo representado pelo próprio Congresso, que deveria debater e aprovar as novas leis. Inúmeros deputados e senadores são donos de instrumentos midiáticos e não é por aí que rapidamente chegaremos a uma solução aceitável, assim como não seria se o governo pretendesse ditar as regras.

Sobram perguntas, angustiantes: o que haverá de ler, ou ouvir, o cidadão consciente quando interessado em saber dos fatos? Em quem confiar no espectro sombrio da mídia nativa? Como distinguir entre a informação honesta e a opinião eventualmente distorcida, corrompida até pelo partidarismo?

Matéria